



Prefeitura Municipal de Dorés do Indaiá

Gabinete do Prefeito

PROJETO DE LEI Nº 017/2022, DE 17 DE JANEIRO DE 2.022.

Aprovado

José Ailton de Sousa
Presidente

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 478.864,00 (QUATROCENTOS E SETENTA E OITO MIL OITOCENTOS E SESSENTA E QUATRO REAIS) NA FORMA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A Câmara Municipal de Dorés do Indaiá – MG, através de seu Plenário, APROVA, e eu, Prefeito Municipal SANCIONO a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional de natureza suplementar no orçamento do Município de Dorés do Indaiá - MG no exercício de 2022, no valor de R\$ 478.864,00 (Quatrocentos e setenta e oito mil oitocentos e sessenta e quatro reais) destinado manutenção das ações e serviços de saúde, no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS) para apoio multiprofissional conforme recurso recebido da Resolução SES/MG n.º 7857 de 17 de Novembro de 2021, visando à majoração da seguinte dotação orçamentária discriminada abaixo:

Órgão	02	Prefeitura Municipal De Dorés Do Indaiá
Unidade	02.08	Secretaria Municipal de Saúde
Subunidade	02.08.01	Fundo Municipal de Saúde
Função	10	Saúde
Subfunção	301	Atenção Básica
Programa	0013	Gestão e Modernização do Sistema de Saúde
Atividade	2036	Adm. e Manutenção das Atividades da Atenção Básica
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes
Grupo de Natureza	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais
Mod. de Aplicação	3.1.90.00.00	Aplicações Diretas
Elemento	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Fonte de Recursos	255	Transferências de Recursos do Fundo Estadual de Saúde
Valor da suplementação:	R\$ 478.864,00	Quatrocentos e setenta e oito mil oitocentos e sessenta e quatro reais
Ficha Orçamentária	359	

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo 1º desta Lei, o Chefe do Executivo editará o competente decreto e, para tanto, serão utilizados como origem os recursos provenientes do superávit financeiro apurado por fontes.

Art. 3º. Fica autorizado ao Poder Executivo a inclusão e atualização da ação governamental na Lei Municipal n.º 2.964/2021, de 10 de Dezembro de 2.021, que "Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Dorés do Indaiá – Minas Gerais



Prefeitura Municipal de Dores do Indaiá

Gabinete do Prefeito

Para o Exercício Financeiro de 2.022.", na Lei Municipal n.º 2.940/2021 de 15 de Julho de 2021, que "Dispõe Sobre as Diretrizes Para a Elaboração da Lei Orçamentária Para o Exercício de 2022, e dá Outras Providências." e na Lei Municipal n.º 2.958/2021, de 15 de Novembro de 2.021, que "Dispõe Sobre o Plano Plurianual do Município de Dores do Indaiá, Estado de Minas Gerais Para o Quadriênio 2.022 a 2.025 e dá Outras Providências."

Art. 4º. Caso a dotação orçamentária seja insuficiente para cobrir as despesas, fica autorizado ao poder executivo a realização das suplementações e alterações de fontes que se fizerem necessárias.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Dores do Indaiá, 17 de Janeiro de 2.022.

ALEXANDRO COELHO FERREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

DEIVERSON MARCOS FIÚZA
SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS



Prefeitura Municipal de Dores do Indaia

Gabinete do Prefeito

Ofício n.º: 035/2022/GP/PMDI

Assunto: Encaminha Projeto de Lei Ordinária

Data: 17/01/2022

Ref.: Projeto de Lei Ordinária n.º 017/2022

Senhor (a) Presidente,

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência, para submetê-lo à aprovação, o Projeto de Lei Ordinária abaixo:

01) PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 017/2022, DE 17 DE JANEIRO DE 2.022 QUE "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 478.864,00 (QUATROCENTOS E SETENTA E OITO MIL OITOCENTOS E SESSENTA E QUATRO REAIS) NA FORMA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Projeto de Lei Ordinária n.º 017/2022 ora apresentado, objetiva obter autorização legislativa para a abertura de crédito adicional suplementar no orçamento a fim de viabilizar ações governamentais de Saúde destinadas à manutenção das ações e serviços de saúde, no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS) para apoio multiprofissional conforme recurso recebido da Resolução SES/MG n.º 7.857 de 17 de Novembro de 2021.

A abertura de crédito suplementar está prevista no inciso I do artigo 41, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e suas alterações e depende da existência de recursos disponíveis para acorrer a despesa, sendo que no caso presente, serão utilizados, são do saldo do Superávit Financeiro apurado por fontes de recursos repassados no exercício de 2021.

Os créditos suplementares e especiais serão sempre autorizados previamente por lei e abertos por decreto do Executivo, conforme estabelece o artigo 42, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, sendo as condições básicas para tanto a prévia autorização legislativa e a indicação dos recursos, por isso também a necessidade de autorização para que haja a inerente abertura do crédito.



Prefeitura Municipal de Dores do Indaiá

Gabinete do Prefeito

Na oportunidade, colocamo-nos à disposição de Vossa Excelência e ilustres pares para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários durante a tramitação do presente Projeto de Lei, esperando contar com o apoio indispensável para a sua aprovação imediata.

Diante do exposto, pela urgência e pelo interesse público relevante de que se reveste a presente iniciativa, confio na aprovação do Projeto de Lei Ordinária n.º 017/2022, em caráter urgente/urgentíssimo, requerendo a designação de reunião extraordinária, para apreciação, discussão e votação do presente projeto de lei, nos termos do art. 20, § 2º, inciso II, art. 42, inciso V e art. 54, *caput*, todos da Lei Orgânica do Município de Dores do Indaiá e nos termos do art. 150, *caput*, do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

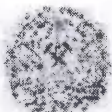
No ensejo, renovo a V. Exa. e a seus Ilustres pares as expressões do mais elevado apreço e especial consideração.

Dores do Indaiá - MG, 17 de Janeiro de 2.022.

ALEXANDRO COELHO FERREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

RECEBI A 1ª VIA	
Em	20 / 01 / 22
às	18.45 horas.
Protocolo nº	127/2022
Eliana A. Vieira - Diretora do Legislativo	

Exmo. Sr.
José Ailton de Souza
Presidente da Câmara Municipal de Dores do Indaiá



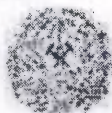
RES. 7857

DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº 3.614, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2021.

Aprova o repasse de incentivo financeiro, em caráter excepcional, para manutenção das ações e serviços de saúde, no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS), para o apoio multiprofissional.

A Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais - CIB-SUS/MG, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 14-A da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e o art. 32 do Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011 e considerando:

- a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;
- a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde/SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;
- a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;
- o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;
- o Decreto Estadual nº 45.468, de 13 de setembro de 2010, que dispõe sobre as normas de transferência, controle e avaliação das contas de recursos financeiros repassados pelo Fundo Estadual de Saúde;



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

DELIBERA:

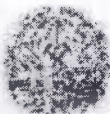
Art. 1º – Fica aprovado o repasse de incentivo financeiro, em caráter excepcional, para manutenção das ações e serviços de saúde, no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS), para o apoio multiprofissional, nos termos do Anexo Único desta Deliberação.

Art. 2º – Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 17 de novembro de 2021.

**FÁBIO BACCHERETTI VITOR
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE E
COORDENADOR DA CIB-SUS/MG**

**ANEXO ÚNICO DA DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº 3.614, DE 17 DE NOVEMBRO
DE 2021 (disponível no sítio eletrônico www.saude.mg.gov.br/cib).**



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

RESOLVE:

Art. 1º – Dispor sobre o repasse de incentivo financeiro, em caráter excepcional, para manutenção das ações e serviços de saúde, no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS), para o apoio multiprofissional dos Municípios relacionados no Anexo II desta Resolução.

Art. 2º – O incentivo financeiro de que trata esta Resolução deverá ser utilizado pelo Município em ações e serviços de saúde desempenhadas pelos profissionais inseridos no apoio multiprofissional no âmbito da Atenção Primária à Saúde no período de 24 (vinte quatro) meses.

§ 1º – As ações e serviços de Atenção Primária à Saúde mencionadas no *caput* deste artigo devem observar, no que tange ao aspecto assistencial, as diretrizes da Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde (RENASES).

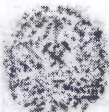
§ 2º - Para efeito desta Resolução, recomenda-se que o incentivo seja destinado para eixos de atividades a serem desempenhadas pelos profissionais inseridos no apoio multiprofissional no âmbito da APS, atuando pelas seguintes estratégias:

I - clínica ampliada, discussão de casos, atendimento individual e compartilhado, interconsulta, construção conjunta de projetos terapêuticos, educação permanente, ações intersetoriais, ações de educação em saúde, desenvolvendo ações de promoção, prevenção, proteção, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos, cuidados paliativos e vigilância em saúde pautadas na promoção da equidade em saúde e de forma intra e intersetorial, dentre outras; e

II – ações desenvolvidas na APS direcionadas a síndrome pós COVID-19.

§ 3º - Poderão compor o apoio multiprofissional as ocupações do Código Brasileiro de Ocupações (CBO) na área da saúde: assistente social, biomédico, profissionais da educação física, farmacêutico, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, médico acupunturista, médico clínico, médico do trabalho, médico geriatra, médico ginecologista e obstetra, médico pediatra, médico homeopata, médico psiquiatra, nutricionista, psicólogo, sanitarista, terapeuta ocupacional, dentre outros conforme necessidade do território.

Art. 3º – O valor global do incentivo financeiro de que trata esta Resolução perfaz o montante de R\$ 439.999.999,78 (quatrocentos e trinta e nove milhões, novecentos e noventa e nove mil e novecentos e noventa e nove reais e setenta e oito centavos) e correrão à conta da dotação orçamentária nº 4291.10.301.159.4460.0001 - 334141 - 10.1.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

máxima financiável pela carga horária e o parâmetro populacional descrita no Quadro 03 do Anexo I desta Resolução; e

II - a multiplicação dos valores per capita estabelecidos no Quadro 04 do Anexo I, conforme Fator de Alocação de recursos financeiros para Atenção à Saúde, elaborado e atualizado pela Fundação João Pinheiro pela estimativa da população dos municípios, de acordo com os dados populacionais atualizados e divulgados pela Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

§ 2º - Para os municípios com população IBGE inferior a 7000 (sete mil) habitantes, apenas para a finalidade de cálculo do valor global deste incentivo, considerou-se todos estes com a população de 7.000 habitantes.

§ 3º - Para efeitos de monitoramento, será considerado o indicador descrito na ficha técnica disponível no Anexo III desta Resolução.

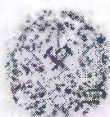
Art. 6º - O Município terá o prazo de 24 (vinte quatro) meses para executar o incentivo financeiro, a partir de seu recebimento.

Art. 7º - O processo de acompanhamento do incentivo financeiro de que trata esta Resolução será realizado nos termos do Decreto Estadual nº 45.468, de 13 de setembro de 2010, da Resolução SES/MG nº 7.094, de 29 de abril de 2020 e Anexo II desta Resolução.

Art. 8º - Em até 90 (noventa) dias após o final da vigência dos termos de compromisso, os beneficiários do incentivo financeiro previsto nesta Resolução deverão inserir e validar os dados referentes à prestação de contas no Sistema informatizado disponibilizado pela SES, em conformidade com o Decreto Estadual nº 45.468/2010 e Resolução SES/MG nº 4.606, de 17 de dezembro de 2014, ou com Regulamento (s) que vier(em) a substituí-lo (s).

Art. 9º - Os beneficiários devem manter arquivados os documentos que comprovam a utilização e gestão dos recursos públicos repassados pelo FES, conforme preconiza o art. 25 do Decreto Estadual nº 45.468/2010.

§ 1º - Constatadas irregularidades no cumprimento do termo, o processo será baixado em diligência pela SES, sendo fixado prazo de 30 (trinta) dias para apresentação de justificativas, alegações de defesa, documentação complementar que regularize possíveis falhas detectadas ou a devolução dos recursos liberados, atualizados monetariamente, sob pena da



ANEXO I DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº 7.857, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2021.

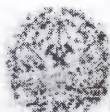
CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO DO INCENTIVO

QUADRO 01: CATEGORIAS PROFISSIONAIS E CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÃO (CBO)

CATEGORIA PROFISSIONAL	CÓDIGO CBO
ASSISTENTE SOCIAL	251605
BIOMÉDICO	221205
PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO FÍSICA	2241*
FARMACÊUTICO	2234*
FISIOTERAPEUTA	2236*
FONOAUDIÓLOGO	2238*
MÉDICO ACUPUNTURISTA	225105
MÉDICO CLÍNICO	225125
MÉDICO DO TRABALHO	225140
MÉDICO GERIATRA	225180
MÉDICO GINECOLOGISTA E OBSTETRA	225250
MÉDICO PEDIATRA	225124
MÉDICO HOMEOPATA	225195
MÉDICO PSIQUIATRA	225133
NUTRICIONISTA	223710
PSICÓLOGO	2515*
SANITARISTA	1312C1
TERAPEUTA OCUPACIONAL	223905

QUADRO 02: CARGA HORÁRIA MÁXIMA

PARÂMETRO POPULACIONAL	CARGA HORÁRIA MÁXIMA FINANCIÁVEL
Municípios com população até 7.000 habitantes	160
Municípios com população maior que 7.000 até 21.000 habitantes	320
Municípios com população maior que 21.000 até 51.000 habitantes	440

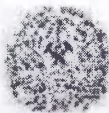


GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

profissionais cadastrados no CNES	
0% até menor que 20%	RS 470.000,00
20% até menor que 40%	RS 500.000,00
40% até menor que 60%	RS 530.000,00
60% até menor que 80%	RS 560.000,00
80% até menor que 100%	RS 594.858,66

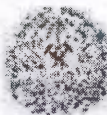
QUADRO 04: VALORES PER CAPITA

Fator de alocação	Valor per capita
1	RS 5,00
2	RS 8,00
3	RS 12,00
4	RS 15,00



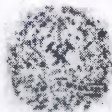
GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

310190	Alpinópolis	19853	1	320	321	100	R\$ 470.265,00
310200	Alterosa	14466	2	320	30	9,375	R\$ 355.728,00
310205	Alto Caparaó	5847	3	160	310	100	R\$ 365.000,00
310210	Alto Rio Doce	11000	4	320	376	100	R\$ 536.000,00
310220	Alvarenga	3907	4	160	120	75	R\$ 355.000,00
310230	Alvinópolis	15203	1	320	420	100	R\$ 447.015,00
310240	Alvorada de Minas	3606	4	160	320	100	R\$ 386.000,00
310250	Amparo do Serra	4713	3	160	150	93,75	R\$ 365.000,00
310260	Andradas	41077	1	440	472	100	R\$ 626.385,00
310270	Cachoeira de Pajeú	9412	4	320	320	100	R\$ 512.180,00
310280	Andrelândia	12224	2	320	140	43,75	R\$ 397.792,00
310285	Angelândia	8520	4	320	180	56,25	R\$ 427.800,00
310290	Antônio Carlos	11445	1	320	220	68,75	R\$ 397.225,00
310300	Antônio Dias	9318	2	320	428	100	R\$ 445.544,00
310310	Antônio Prado de Minas	1598	3	160	165	100	R\$ 365.000,00
310320	Araçai	2347	2	160	136	85	R\$ 337.000,00
310330	Aracitaba	2063	3	160	208	100	R\$ 365.000,00
310340	Araçuaí	36708	3	440	510	100	R\$ 861.496,00
310350	Araguari	117267	1	640	1570	100	R\$ 1.181.193,66
310360	Arantina	2795	2	160	216	100	R\$ 337.000,00
310370	Araponga	8439	4	320	390	100	R\$ 497.585,00
310375	Araporã	6869	1	160	190	100	R\$ 316.000,00
310380	Arapuá	2834	1	160	264	100	R\$ 316.000,00
310390	Araújos	9273	1	320	196	61,25	R\$ 386.365,00
310400	Araxá	106229	1	640	1891	100	R\$ 1.126.003,66
310410	Arceburgo	10772	1	320	353	100	R\$ 424.860,00



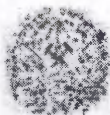
GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

310670	Betim	439340	1	640	4819	100	R\$ 2.791.558,66
310680	Bias Fortes	3379	4	160	180	100	R\$ 386.000,00
310690	Bicas	14494	1	320	80	25	R\$ 342.470,00
310700	Biquinhas	2515	2	160	99	61,875	R\$ 306.000,00
310710	Boa Esperança	40127	1	440	874	100	R\$ 621.635,00
310720	Bocaina de Minas	5090	3	160	320	100	R\$ 365.000,00
310730	Bocaiúva	49979	2	440	446	100	R\$ 820.832,00
310740	Bom Despacho	50605	1	440	882	100	R\$ 674.025,00
310750	Bom Jardim de Minas	6474	2	160	190	100	R\$ 337.000,00
310760	Bom Jesus da Penha	4217	2	160	80	50	R\$ 276.000,00
310770	Bom Jesus do Amparo	6083	3	160	184	100	R\$ 365.000,00
310780	Bom Jesus do Galho	14935	4	320	560	100	R\$ 595.025,00
310790	Bom Repouso	10547	3	320	362	100	R\$ 497.564,00
310800	Bom Sucesso	17603	2	320	474	100	R\$ 511.824,00
310810	Bonfim	6868	2	160	140	87,5	R\$ 337.000,00
310820	Bonfinópolis de Minas	5493	3	160	240	100	R\$ 365.000,00
310825	Bonito de Minas	11230	4	320	390	100	R\$ 539.450,00
310830	Borda da Mata	19412	1	320	236	73,75	R\$ 437.060,00
310840	Botelhos	14971	2	320	247	77,1875	R\$ 459.768,00
310850	Botumirim	6319	4	160	250	100	R\$ 386.000,00
310855	Brasilândia de Minas	16538	3	320	230	71,875	R\$ 538.456,00
310860	Brasília de Minas	32347	3	440	120	27,27272727	R\$ 708.164,00
310870	Brás Pires	4333	4	160	247	100	R\$ 386.000,00
310880	Braúnas	4801	4	160	230	100	R\$ 386.000,00
310890	Brasópolis	14459	2	320	372	100	R\$ 486.672,00
310900	Brumadinho	40103	1	440	683	100	R\$ 621.515,00



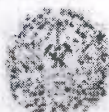
GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

311140	Campo Florido	8151	1	320	120	37,5	R\$ 310.755,00
311150	Campos Altos	15461	2	320	76	23,75	R\$ 393.688,00
311160	Campos Gerais	28774	2	440	250	56,81818182	R\$ 580.192,00
311170	Canaã	4563	4	160	340	100	R\$ 386.000,00
311180	Canápolis	12150	1	320	422	100	R\$ 431.750,00
311190	Cana Verde	5603	3	160	110	68,75	R\$ 334.000,00
311200	Candeias	14886	2	320	260	81,25	R\$ 490.088,00
311205	Cantagalo	4525	3	160	286	100	R\$ 365.000,00
311210	Caparaó	5438	3	160	232	100	R\$ 365.000,00
311220	Capela Nova	4653	3	160	320	100	R\$ 365.000,00
311230	Capelinha	37784	3	440	686	100	R\$ 874.408,00
311240	Capetinga	6920	2	160	230	100	R\$ 337.000,00
311250	Capim Branco	9754	2	320	240	75	R\$ 418.032,00
311260	Capinópolis	16173	1	320	300	93,75	R\$ 451.865,00
311265	Capitão Andrade	5468	3	160	100	62,5	R\$ 334.000,00
311270	Capitão Enéas	15234	3	320	330	100	R\$ 553.808,00
311280	Capitólio	8632	1	320	110	34,375	R\$ 313.160,00
311290	Caputira	9298	4	320	250	78,125	R\$ 479.470,00
311300	Carai	23685	4	440	354	80,45454545	R\$ 776.275,00
311310	Caranaíba	3183	4	160	240	100	R\$ 386.000,00
311320	Carandá	25501	1	440	266	60,45454545	R\$ 517.505,00
311330	Carangola	33000	1	440	210	47,72727273	R\$ 515.000,00
311340	Caratinga	92062	1	520	1290	100	R\$ 941.310,00
311350	Carbonita	9405	3	320	200	62,5	R\$ 452.860,00
311360	Careçu	6757	3	160	210	100	R\$ 365.000,00
311370	Carlos Chagas	18837	3	320	318	99,375	R\$ 597.044,00



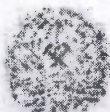
GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

311600	Chalé	5704	2	160	312	100	R\$ 337.000,00
311610	Chapada do Norte	15356	4	320	510	100	R\$ 601.340,00
311615	Chapada Gaúcha	13680	4	320	160	50	R\$ 505.200,00
311620	Chiador	2687	3	160	160	100	R\$ 365.000,00
311630	Cipotânea	6787	4	160	115	71,875	R\$ 355.000,00
311640	Claraval	4843	2	160	390	100	R\$ 337.000,00
311650	Claro dos Poções	7551	3	320	190	59,375	R\$ 390.612,00
311660	Cláudio	28617	1	440	350	79,54545455	R\$ 533.085,00
311670	Coimbra	7556	2	320	160	50	R\$ 360.448,00
311680	Coluna	8873	4	320	80	25	R\$ 403.095,00
311690	Comendador Gomes	3111	1	160	392	100	R\$ 316.000,00
311700	Comercinho	6929	4	160	234	100	R\$ 386.000,00
311710	Conceição da Aparecida	10292	2	320	69	21,5625	R\$ 352.336,00
311720	Conceição das Pedras	2812	2	160	140	87,5	R\$ 337.000,00
311730	Conceição das Alagoas	27893	1	440	350	79,54545455	R\$ 529.465,00
311740	Conceição de Ipanema	4574	4	160	240	100	R\$ 386.000,00
311750	Conceição do Mato Dentro	17842	2	320	280	87,5	R\$ 513.736,00
311760	Conceição do Pará	5507	1	160	262	100	R\$ 316.000,00
311770	Conceição do Rio Verde	13638	2	320	25	7,8125	R\$ 349.104,00
311780	Conceição dos Ouros	11638	1	320	40	12,5	R\$ 298.190,00
311783	Cônego Marinho	7642	4	320	480	100	R\$ 485.630,00
311787	Confins	6730	1	160	556	100	R\$ 316.000,00
311790	Congonhal	11950	1	320	452	100	R\$ 430.750,00
311800	Congonhas	54762	1	520	601	100	R\$ 754.810,00
311810	Congonhas do Norte	5045	4	160	198	100	R\$ 386.000,00
311820	Conquista	6939	1	160	130	81,25	R\$ 316.000,00



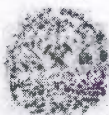
GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

312500	Ewbank da Câmara	3913	3	160	272	100	R\$ 365.000,00
312510	Extrema	36225	1	440	746	100	R\$ 602.125,00
312520	Fama	2377	2	160	145	90,625	R\$ 337.000,00
312530	Faria Lemos	3241	2	160	124	77,5	R\$ 306.000,00
312540	Felício dos Santos	4753	4	160	380	100	R\$ 386.000,00
312550	São Gonçalo do Rio Preto	3167	3	160	234	100	R\$ 365.000,00
312560	Felisburgo	7457	4	320	260	81,25	R\$ 482.855,00
312570	Felixlândia	15336	3	320	431	100	R\$ 555.032,00
312580	Fernandes Tourinho	3431	3	160	210	100	R\$ 365.000,00
312590	Ferros	9820	4	320	320	100	R\$ 518.300,00
312595	Fervedouro	11006	4	320	265	82,8125	R\$ 536.090,00
312600	Florestal	7461	2	320	0	0	R\$ 299.688,00
312610	Formiga	67683	1	520	1108	100	R\$ 819.415,00
312620	Formoso	9562	3	320	260	81,25	R\$ 485.744,00
312630	Fortaleza de Minas	4412	1	160	80	50	R\$ 255.000,00
312640	Fortuna de Minas	2947	3	160	200	100	R\$ 365.000,00
312650	Francisco Badaró	10332	4	320	300	93,75	R\$ 525.980,00
312660	Francisco Dumont	5215	4	160	360	100	R\$ 386.000,00
312670	Francisco Sá	26277	4	440	530	100	R\$ 815.155,00
312675	Franciscópolis	5391	4	160	280	100	R\$ 386.000,00
312680	Frei Gaspar	5880	4	160	320	100	R\$ 386.000,00
312690	Frei Inocêncio	9611	2	320	300	93,75	R\$ 447.888,00
312695	Frei Lagonegro	3478	4	160	120	75	R\$ 355.000,00
312700	Fronteira	18103	1	320	68	21,25	R\$ 360.515,00
312705	Fronteira dos Vales	4581	4	160	160	100	R\$ 386.000,00
312707	Fruta de Leite	5369	4	160	250	100	R\$ 386.000,00



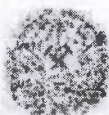
GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

312920	Heliadora	6558	2	160	90	56,25	R\$ 276.000,00
312930	Iapu	11004	3	320	160	50	R\$ 432.048,00
312940	Ibertioga	5021	4	160	240	100	R\$ 386.000,00
312950	Ibiá	25199	1	440	238	54,09090909	R\$ 475.995,00
312960	Ibiaí	8395	4	320	170	53,125	R\$ 425.925,00
312965	Ibiracatu	5400	4	160	240	100	R\$ 386.000,00
312970	Ibiraci	13828	2	320	228	71,25	R\$ 450.624,00
312980	Ibirité	180204	1	640	704	100	R\$ 1.495.878,66
312990	Ibitiúra de Minas	3488	2	160	194	100	R\$ 337.000,00
313000	Ibituruna	2989	3	160	190	100	R\$ 365.000,00
313005	Icarai de Minas	11990	4	320	294	91,875	R\$ 550.850,00
313010	Igarapé	43045	1	440	62	14,09090909	R\$ 505.225,00
313020	Igaratinga	10860	1	320	592	100	R\$ 425.300,00
313030	Iguatama	7947	1	320	84	26,25	R\$ 309.735,00
313040	Ijaci	6550	1	160	320	100	R\$ 316.000,00
313050	Illicinea	12375	2	320	455	100	R\$ 470.000,00
313055	Imbé de Minas	6903	4	160	424	100	R\$ 386.000,00
313060	Inconfidentes	7328	2	320	270	84,375	R\$ 429.624,00
313065	Indaiabira	7351	4	320	228	71,25	R\$ 450.265,00
313070	Indianópolis	6891	2	160	471	100	R\$ 337.000,00
313080	Ingai	2767	2	160	140	87,5	R\$ 337.000,00
313090	Inhapim	24140	3	440	720	100	R\$ 710.680,00
313100	Inhaúma	6271	2	160	211	100	R\$ 337.000,00
313110	Inimutaba	7515	3	320	220	68,75	R\$ 430.180,00
313115	Ipaba	18607	3	320	434	100	R\$ 594.284,00
313120	Ipanema	19861	2	320	342	100	R\$ 529.888,00



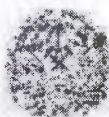
GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

313380	Itaúna	93214	1	520	124	23,84615385	R\$ 846.070,00
313390	Itaverava	5419	4	160	330	100	R\$ 386.000,00
313400	Itinga	14990	3	320	140	43,75	R\$ 479.880,00
313410	Itueta	6051	3	160	320	100	R\$ 365.000,00
313420	Ituiutaba	104671	1	640	736	100	R\$ 1.118.213,66
313430	Itumirim	6023	3	160	234	100	R\$ 365.000,00
313440	Iturama	39263	1	440	481	100	R\$ 617.315,00
313450	Itutinga	3788	3	160	168	100	R\$ 365.000,00
313460	Jaboticatubas	20143	3	320	500	100	R\$ 612.716,00
313470	Jacinto	12326	4	320	232	72,5	R\$ 524.890,00
313480	Jacuí	7686	3	320	150	46,875	R\$ 392.232,00
313490	Jacutinga	25979	1	440	0	0	R\$ 419.895,00
313500	Jaguarapu	3133	1	160	230	100	R\$ 316.000,00
313505	Jaíba	38909	3	440	597	100	R\$ 887.908,00
313507	Jampruca	5404	4	160	210	100	R\$ 386.000,00
313510	Janaúba	71648	3	520	1250	100	R\$ 1.340.776,00
313520	Januária	67742	3	520	182	35	R\$ 1.192.904,00
313530	Japaraíba	4350	2	160	158	98,75	R\$ 337.000,00
313535	Japonvar	7969	4	320	150	46,875	R\$ 419.535,00
313540	Jeceaba	4912	1	160	562	100	R\$ 316.000,00
313545	Jenipapo de Minas	7692	4	320	240	75	R\$ 455.380,00
313550	Jequeri	12386	3	320	464	100	R\$ 519.632,00
313560	Jequitai	7531	4	320	262	81,875	R\$ 483.965,00
313570	Jequitibá	5211	3	160	412	100	R\$ 365.000,00
313580	Jequitinhonha	25391	4	440	434	98,63636364	R\$ 801.865,00
313590	Jesuânia	4787	3	160	242	100	R\$ 365.000,00



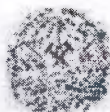
GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

313800	Laranjal	6810	2	160	310	100	R\$ 337.000,00
313810	Lassance	6512	4	160	330	100	R\$ 386.000,00
313820	Lavras	103773	1	640	1069	100	R\$ 1.113.723,66
313830	Leandro Ferreira	3229	3	160	112	70	R\$ 334.000,00
313835	Leme do Prado	4918	3	160	260	100	R\$ 365.000,00
313840	Leopoldina	52587	1	520	160	30,76923077	R\$ 642.935,00
313850	Liberdade	5069	2	160	170	100	R\$ 337.000,00
313860	Lima Duarte	16698	2	320	332	100	R\$ 504.584,00
313862	Limeira do Oeste	7536	2	320	210	65,625	R\$ 400.288,00
313865	Lontra	9661	4	320	223	69,6875	R\$ 484.915,00
313867	Luisburgo	6266	4	160	304	100	R\$ 386.000,00
313868	Luislândia	6699	4	160	220	100	R\$ 386.000,00
313870	Luminárias	5446	2	160	366	100	R\$ 337.000,00
313880	Luz	18215	1	320	196	61,25	R\$ 431.075,00
313890	Machacalis	7111	3	320	170	53,125	R\$ 385.332,00
313900	Machado	42133	1	440	405	92,04545455	R\$ 631.665,00
313910	Madre de Deus de Minas	5098	2	160	180	100	R\$ 337.000,00
313920	Malacacheta	18650	4	320	240	75	R\$ 619.750,00
313925	Mamonas	6543	4	160	214	100	R\$ 386.000,00
313930	Manga	18407	4	320	192	60	R\$ 616.105,00
313940	Manhuaçu	90229	2	520	524	100	R\$ 1.202.832,00
313950	Manhumirim	22707	2	440	280	63,63636364	R\$ 571.656,00
313960	Mantena	27644	2	440	140	31,81818182	R\$ 541.152,00
313970	Maravilhas	7976	2	320	256	80	R\$ 434.808,00
313980	Mar de Espanha	12814	1	320	156	48,75	R\$ 364.070,00
313990	Maria da Fé	14095	3	320	420	100	R\$ 540.140,00



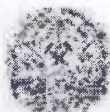
GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

312060	Crucilândia	5034	2	160	70	43,75	R\$ 276.000,00
312070	Cruzeiro da Fortaleza	3626	2	160	293	100	R\$ 337.000,00
312080	Cruzília	15417	2	320	286	89,375	R\$ 494.336,00
312083	Cuparaque	4982	3	160	260	100	R\$ 365.000,00
312087	Curral de Dentro	7729	4	320	340	100	R\$ 486.935,00
312090	Curvelo	80129	1	520	730	100	R\$ 881.645,00
312100	Datas	5410	3	160	390	100	R\$ 365.000,00
312110	Delfim Moreira	8025	2	320	200	62,5	R\$ 404.200,00
312120	Delfinópolis	7114	2	320	150	46,875	R\$ 356.912,00
312125	Delta	10533	1	320	286	89,375	R\$ 423.665,00
312130	Descoberto	5013	2	160	170	100	R\$ 337.000,00
312140	Desterro de Entre Rios	7243	3	320	362	100	R\$ 457.916,00
312150	Desterro do Melo	2901	3	160	224	100	R\$ 365.000,00
312160	Diamantina	47723	2	440	360	81,81818182	R\$ 802.784,00
312170	Diogo de Vasconcelos	3802	4	160	144	90	R\$ 386.000,00
312180	Dionísio	7729	3	320	280	87,5	R\$ 463.748,00
312190	Divinésia	3417	2	160	356	100	R\$ 337.000,00
312200	Divino	19931	3	320	470	100	R\$ 610.172,00
312210	Divino das Laranjeiras	4979	3	160	80	50	R\$ 304.000,00
312220	Divinolândia de Minas	7571	4	320	240	75	R\$ 453.565,00
312230	Divinópolis	238230	1	640	2792	100	R\$ 1.786.008,66
312235	Divisa Alegre	6786	2	160	180	100	R\$ 337.000,00
312240	Divisa Nova	6011	3	160	40	25	R\$ 274.000,00
312245	Divisópolis	11019	4	320	80	25	R\$ 435.285,00
312247	Dom Bosco	3677	3	160	156	97,5	R\$ 365.000,00
312250	Dom Cavati	5072	2	160	240	100	R\$ 337.000,00



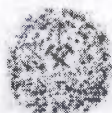
GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

314220	Mirai	15014	1	320	140	43,75	R\$ 375.070,00
314225	Miravânia	4888	4	160	120	75	R\$ 355.000,00
314230	Moeda	4919	3	160	132	82,5	R\$ 365.000,00
314240	Moema	7517	2	320	260	81,25	R\$ 431.136,00
314250	Monjolos	2220	4	160	220	100	R\$ 386.000,00
314260	Monsenhor Paulo	8688	1	320	40	12,5	R\$ 283.440,00
314270	Montalvânia	14877	4	320	380	100	R\$ 594.155,00
314280	Monte Alegre de Minas	21120	2	440	260	59,09090909	R\$ 518.960,00
314290	Monte Azul	20854	3	320	580	100	R\$ 621.248,00
314300	Monte Belo	13166	1	320	229	71,5625	R\$ 405.830,00
314310	Monte Carmelo	47809	1	440	550	100	R\$ 660.045,00
314315	Monte Formoso	4906	4	160	125	78,125	R\$ 355.000,00
314320	Monte Santo de Minas	21524	1	440	228	51,81818182	R\$ 457.620,00
314330	Montes Claros	409341	1	640	3799	100	R\$ 2.641.563,66
314340	Monte Sião	23803	1	440	372	84,54545455	R\$ 540.015,00
314345	Montezuma	8249	4	320	411	100	R\$ 494.735,00
314350	Morada Nova de Minas	8863	2	320	165	51,5625	R\$ 370.904,00
314360	Morro da Garça	2462	4	160	140	87,5	R\$ 386.000,00
314370	Morro do Pilar	3182	4	160	180	100	R\$ 386.000,00
314380	Munhoz	6029	3	160	154	96,25	R\$ 365.000,00
314390	Muriae	108763	1	640	2334	100	R\$ 1.138.673,66
314400	Murum	26979	3	440	753	100	R\$ 744.748,00
314410	Muzambinho	20569	1	320	140	43,75	R\$ 402.845,00
314420	Nacip Raydan	3220	4	160	120	75	R\$ 355.000,00
314430	Nanuque	40750	2	440	570	100	R\$ 747.000,00
314435	Naque	6996	3	160	358	100	R\$ 365.000,00



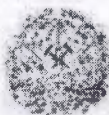
GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

314610	Ouro Preto	74281	1	520	1895	100	R\$ 852.405,00
314620	Ouro Verde de Minas	5934	4	160	255	100	R\$ 386.000,00
314625	Padre Carvalho	6378	4	160	100	62,5	R\$ 355.000,00
314630	Padre Paraíso	20154	4	320	140	43,75	R\$ 602.310,00
314640	Paineiras	4486	2	160	528	100	R\$ 337.000,00
314650	Pains	8283	1	320	342	100	R\$ 412.415,00
314655	Pai Pedro	6089	4	160	200	100	R\$ 386.000,00
314660	Paiva	1529	3	160	274	100	R\$ 365.000,00
314670	Palma	6616	3	160	190	100	R\$ 365.000,00
314675	Palmópolis	5507	4	160	282	100	R\$ 386.000,00
314690	Papagaios	15674	2	320	206	64,375	R\$ 465.392,00
314700	Paracatu	93158	1	520	424	81,53846154	R\$ 946.790,00
314710	Pará de Minas	93969	1	520	1260	100	R\$ 950.845,00
314720	Paraguaçu	21513	1	440	288	65,45454545	R\$ 497.565,00
314730	Paraisópolis	21083	1	440	20	4,545454545	R\$ 395.415,00
314740	Paraopeba	24540	2	440	334	75,90909091	R\$ 586.320,00
314750	Passabém	1649	4	160	123	76,875	R\$ 355.000,00
314760	Passa Quatro	16344	1	320	120	37,5	R\$ 351.720,00
314770	Passa Tempo	8084	1	320	190	59,375	R\$ 340.420,00
314780	Passa-Vinte	2039	2	160	136	85	R\$ 337.000,00
314790	Passos	114679	1	640	1052	100	R\$ 1.168.253,66
314795	Patis	5972	4	160	320	100	R\$ 386.000,00
314800	Patos de Minas	152488	1	640	1670	100	R\$ 1.357.298,66
314810	Patrocínio	90757	1	520	1807	100	R\$ 934.785,00
314820	Patrocínio do Muriaé	5684	2	160	300	100	R\$ 337.000,00
314830	Paula Cândido	9571	3	320	296	92,5	R\$ 485.852,00



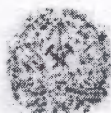
GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

315053	Pingo-D'água	4941	4	160	316	100	R\$ 386.000,00
315057	Pintópolis	7507	4	320	60	18,75	R\$ 352.605,00
315060	Piracema	6409	3	160	140	87,5	R\$ 365.000,00
315070	Pirajuba	6199	1	160	532	100	R\$ 316.000,00
315080	Piranga	17626	3	320	307	95,9375	R\$ 582.512,00
315090	Piranguçu	5472	2	160	110	68,75	R\$ 306.000,00
315100	Piranguinho	8596	2	320	220	68,75	R\$ 408.768,00
315110	Pirapetinga	10752	1	320	272	85	R\$ 424.760,00
315120	Pirapora	56428	2	520	610	100	R\$ 932.424,00
315130	Piraúba	10787	2	320	200	62,5	R\$ 426.296,00
315140	Pitangui	27989	1	440	360	81,81818182	R\$ 560.945,00
315150	Piumhi	34691	1	440	1178	100	R\$ 594.455,00
315160	Planura	12133	1	320	764	100	R\$ 431.665,00
315170	Poço Fundo	16791	2	320	90	28,125	R\$ 404.328,00
315180	Poços de Caldas	167397	1	640	2616	100	R\$ 1.431.843,66
315190	Pocrane	8432	2	320	320	100	R\$ 438.456,00
315200	Pompéu	31812	2	440	270	61,36363636	R\$ 644.496,00
315210	Ponte Nova	59742	1	520	858	100	R\$ 779.710,00
315213	Ponto Chique	4261	4	160	190	100	R\$ 386.000,00
315217	Ponto dos Volantes	12121	4	320	48	15	R\$ 421.815,00
315220	Porteirinha	37906	4	440	730	100	R\$ 989.590,00
315230	Porto Firme	11279	4	320	432	100	R\$ 540.185,00
315240	Poté	16555	4	320	444	100	R\$ 619.325,00
315250	Pouso Alegre	150737	1	640	1542	100	R\$ 1.348.543,66
315260	Pouso Alto	5940	1	160	270	100	R\$ 316.000,00
315270	Prados	9031	2	320	300	93,75	R\$ 443.248,00



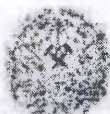
GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

315520	Rio Espera	5474	4	160	152	95	R\$ 386.000,00
315530	Rio Manso	5832	3	160	110	68,75	R\$ 334.000,00
315540	Rio Novo	8949	2	320	140	43,75	R\$ 371.592,00
315550	Rio Paranaíba	12313	2	320	120	37,5	R\$ 368.504,00
315560	Rio Pardo de Minas	30914	4	440	740	100	R\$ 884.710,00
315570	Rio Piracicaba	14339	2	320	340	100	R\$ 485.712,00
315580	Rio Pomba	17910	1	320	364	100	R\$ 460.550,00
315590	Rio Preto	5476	2	160	80	50	R\$ 276.000,00
315600	Rio Vermelho	12846	4	320	295	92,1875	R\$ 563.690,00
315610	Ritópolis	4604	2	160	194	100	R\$ 337.000,00
315620	Rochedo de Minas	2305	2	160	166	100	R\$ 337.000,00
315630	Rodeiro	8109	1	320	342	100	R\$ 411.545,00
315640	Romaria	3533	2	160	314	100	R\$ 337.000,00
315645	Rosário da Limeira	4594	3	160	152	95	R\$ 365.000,00
315650	Rubelita	5995	4	160	360	100	R\$ 386.000,00
315660	Rubim	10241	4	320	180	56,25	R\$ 453.615,00
315670	Sabará	136344	1	640	970	100	R\$ 1.276.578,66
315680	Sabinópolis	15470	3	320	152	47,5	R\$ 485.640,00
315690	Sacramento	26185	1	440	843	100	R\$ 551.925,00
315700	Salinas	41527	2	440	837	100	R\$ 753.216,00
315710	Salto da Divisa	7009	4	320	180	56,25	R\$ 405.135,00
315720	Santa Bárbara	31324	1	440	300	68,18181818	R\$ 546.620,00
315725	Santa Bárbara do Leste	8147	3	320	210	65,625	R\$ 437.764,00
315727	Santa Bárbara do Monte Verde	3150	3	160	100	62,5	R\$ 334.000,00
315730	Santa Bárbara do Tugúrio	4430	3	160	140	87,5	R\$ 365.000,00
315733	Santa Cruz de Minas	8604	1	320	210	65,625	R\$ 383.020,00



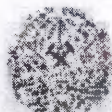
GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

315960	Santa Rita do Sapucaí	43260	1	440	584	100	R\$ 637.300,00
315970	Santa Rosa da Serra	3350	3	160	410	100	R\$ 365.000,00
315980	Santa Vitória	19742	1	320	210	65,625	R\$ 438.710,00
315990	Santo Antônio do Amparo	18525	3	320	270	84,375	R\$ 593.300,00
316000	Santo Antônio do Aventureiro	3602	3	160	180	100	R\$ 365.000,00
316010	Santo Antônio do Gramma	3911	1	160	212	100	R\$ 316.000,00
316020	Santo Antônio do Itambé	3838	4	160	240	100	R\$ 386.000,00
316030	Santo Antônio do Jacinto	11640	4	320	250	78,125	R\$ 514.600,00
316040	Santo Antônio do Monte	28243	1	440	275	62,5	R\$ 531.215,00
316045	Santo Antônio do Retiro	7277	4	320	190	59,375	R\$ 409.155,00
316050	Santo Antônio do Rio Abaixo	1765	4	160	161	100	R\$ 386.000,00
316060	Santo Hipólito	3087	3	160	80	50	R\$ 304.000,00
316070	Santos Dumont	46487	1	440	280	63,63636364	R\$ 622.435,00
316080	São Bento Abade	5286	3	160	145	90,625	R\$ 365.000,00
316090	São Brás do Suaçuí	3738	2	160	80	50	R\$ 276.000,00
316095	São Domingos das Dores	5644	4	160	210	100	R\$ 386.000,00
316100	São Domingos do Prata	17359	2	320	252	78,75	R\$ 478.872,00
316105	São Félix de Minas	3369	4	160	90	56,25	R\$ 325.000,00
316110	São Francisco	56323	4	520	456	87,69230769	R\$ 1.325.845,00
316120	São Francisco de Paula	6527	2	160	160	100	R\$ 337.000,00
316130	São Francisco de Sales	6238	2	160	848	100	R\$ 337.000,00
316140	São Francisco do Glória	4844	3	160	334	100	R\$ 365.000,00
316150	São Geraldo	12366	1	320	265	82,8125	R\$ 432.830,00
316160	São Geraldo da Piedade	3962	4	160	164	100	R\$ 386.000,00
316165	São Geraldo do Baixo	4012	4	160	120	75	R\$ 355.000,00



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

316340	São José do Goiabal	5420	3	160	249	100	R\$ 365.000,00
316350	São José do Jacuri	6453	4	160	196	100	R\$ 386.000,00
316360	São José do Mantimento	2791	3	160	120	75	R\$ 334.000,00
316370	São Lourenço	45851	1	440	680	100	R\$ 650.255,00
316380	São Miguel do Anta	6938	3	160	205	100	R\$ 365.000,00
316390	São Pedro da União	4659	3	160	110	68,75	R\$ 334.000,00
316400	São Pedro dos Ferros	7781	2	320	116	36,25	R\$ 332.248,00
316410	São Pedro do Suaçuí	5246	4	160	125	78,125	R\$ 355.000,00
316420	São Romão	12337	4	320	300	93,75	R\$ 556.055,00
316430	São Roque de Minas	7051	2	320	200	62,5	R\$ 396.408,00
316440	São Sebastião da Bela Vista	5504	2	160	80	50	R\$ 276.000,00
316443	São Sebastião da Vargem Alegre	3007	3	160	260	100	R\$ 365.000,00
316447	São Sebastião do Anta	6555	4	160	210	100	R\$ 386.000,00
316450	São Sebastião do Maranhão	10044	4	320	354	100	R\$ 521.660,00
316460	São Sebastião do Oeste	6775	1	160	170	100	R\$ 316.000,00
316470	São Sebastião do Paraíso	70956	1	520	739	100	R\$ 835.780,00
316480	São Sebastião do Rio Preto	1506	4	160	200	100	R\$ 386.000,00
316490	São Sebastião do Rio Verde	2241	3	160	170	100	R\$ 365.000,00
316500	São Tiago	10941	2	320	120	37,5	R\$ 357.528,00
316510	São Tomás de Aquino	7021	2	320	100	31,25	R\$ 326.168,00
316520	São Thomé das Letras	7089	3	320	40	12,5	R\$ 325.068,00
316530	São Vicente de Minas	7753	1	320	180	56,25	R\$ 338.765,00
316540	Sapucaí- Mirim	6930	2	160	130	81,25	R\$ 337.000,00
316550	Sardoá	6300	4	160	150	93,75	R\$ 386.000,00
316553	Sarzedo	32752	1	440	456	100	R\$ 584.760,00
316555	Setubinha	12258	4	320	240	75	R\$ 523.870,00



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

316790	Tabuleiro	3750	2	160	292	100	R\$ 337.000,00
316800	Taiobeiras	34132	3	440	1204	100	R\$ 830.584,00
316805	Taparuba	3110	4	160	175	100	R\$ 386.000,00
316810	Tapira	4773	1	160	208	100	R\$ 316.000,00
316820	Tapiraí	1875	4	160	134	83,75	R\$ 386.000,00
316830	Taquaraçu de Minas	4077	2	160	244	100	R\$ 337.000,00
316840	Tarumirim	14326	3	320	650	100	R\$ 542.912,00
316850	Teixeiras	11661	3	320	120	37,5	R\$ 409.932,00
316860	Teófilo Otoni	140592	2	640	2518	100	R\$ 1.719.594,66
316870	Timóteo	89842	1	520	1385	100	R\$ 930.210,00
316880	Tiradentes	7981	1	320	350	100	R\$ 410.905,00
316890	Tiros	6480	1	160	204	100	R\$ 316.000,00
316900	Tocantins	16659	1	320	382	100	R\$ 454.295,00
316905	Tocos do Moji	4101	3	160	148	92,5	R\$ 365.000,00
316910	Toledo	6258	3	160	130	81,25	R\$ 365.000,00
316920	Tombos	8022	2	320	80	25	R\$ 334.176,00
316930	Três Corações	79482	1	520	899	100	R\$ 878.410,00
316935	Três Marias	32356	1	440	352	80	R\$ 582.780,00
316940	Três Pontas	56746	1	520	752	100	R\$ 764.730,00
316950	Tumiritinga	6732	3	160	350	100	R\$ 365.000,00
316960	Tupaciguara	25327	1	440	600	100	R\$ 547.635,00
316970	Turmalina	19964	3	320	725	100	R\$ 610.568,00
316980	Turvolândia	5040	2	160	172	100	R\$ 337.000,00
316990	Ubá	115552	1	640	525	82.03125	R\$ 1.172.618,66
317000	Ubaí	12533	4	320	274	85,625	R\$ 558.995,00
317005	Ubaporanga	12471	3	320	510	100	R\$ 520.652,00

PARECER JURÍDICO

ANÁLISE DO PROJETO DE LEI Nº 017/2022,
DE 17 DE JANEIRO DE 2022 DE DORES DO
INDAIÁ – ABERTURA DE CRÉDITO
SUPLEMENTAR PARA MANUTENÇÃO DAS
AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE, NO ÂMBITO
DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (APS)
PARA APOIO MULTIPROFISSIONAL.

I – DO RELATÓRIO

A Câmara Municipal de Dorés do Indaiá/MG, por meio do Presidente da Casa Legislativa, Sr. José Ailton de Sousa, encaminhou a esta Assessoria Jurídica Especializada a análise e emissão de parecer jurídico que verse sobre análise do Projeto de Lei nº 017/2022, de 17 de Janeiro de 2022 de Dorés do Indaiá, que: *“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 478.864,00 (QUATROCENTOS E SETENTA E OITO MIL OITOCENTOS E SESSENTA E QUATRO REAIS), NA FORMA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”*.

Para tanto, encaminhou cópia do Projeto de Lei e da Resolução SES/MG nº 7.857/2021, que “Dispõe sobre o repasse de incentivo financeiro, em caráter excepcional, para manutenção das ações e serviços de saúde, no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS), para o apoio multiprofissional.”.

Este é o relatório.

II – DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

Inicialmente, insta destacar que este questionamento busca trazer esclarecimentos acerca da constitucionalidade e viabilidade da Lei Complementar nº 017/2022, a qual visa autorizar o Poder Executivo Municipal a abrir créditos suplementar para manutenção das ações e serviços de saúde, no âmbito da atenção primária à saúde (APS) para apoio multiprofissional, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI Nº 017/2022 DE 17 DE JANEIRO DE 2.022

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITOS SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 478.864,00 (QUATROCENTOS E SETENTA E OITO MIL OITOCENTOS E SESSENTA E QUATRO REAIS), NA FORMA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

2

A Câmara Municipal de Dorés do Indaiá - Minas Gerais, através de seu Plenário, APROVA, e eu, Prefeito Municipal SANCIONO a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional de natureza suplementar no orçamento do Município de Dorés do Indaiá/MG no exercício de 2022, no valor de R\$ 478.864,00 (quatrocentos e setenta e oito mil oitocentos e sessenta e quatro reais) destinado manutenção das ações e serviços de saúde, no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS) para apoio multiprofissional conforme recurso recebido da Resolução SES/MG nº 7857 de 17 de novembro de 2021, visando à majoração da seguinte dotação orçamentária discriminada abaixo:

Órgão	02	Prefeitura Municipal De Dorés Do Indaiá
Unidade	02.08	Secretaria Municipal de Saúde
Subunidade	02.08.01	Fundo Municipal de Saúde
Função	10	Saúde
Subfunção	301	Atenção Básica
Programa	0013	Gestão e Modernização do Sistema de Saúde
Atividade	2036	Adm. e Manutenção das Atividades da Atenção Básica
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes
Grupo de Natureza	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais
Mod. de Aplicação	3.1.90.00.00	Aplicações Diretas
Elemento	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Fonte de Recursos	255	Transferências de Recursos do Fundo Estadual de Saúde
Valor da suplementação:	R\$ 478.864,00	Quatrocentos e setenta e oito mil oitocentos e sessenta e quatro reais
Ficha Orçamentária	359	

Art. 2º. Para abertura do crédito de que trata o artigo 1º desta Lei, o Chefe do Executivo editará o competente decreto e, para tanto, serão utilizados como origem os recursos provenientes do superávit financeiro apurado por fontes.

Art. 3º. Fica Autorizado ao Poder Executivo a inclusão e atualização da ação governamental na lei Municipal nº 2.964/2021, de 10 de Dezembro de 2022, que “Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Dorés do Indaiá – Minas Gerais Para o Exercício Financeira de 2022”, na Lei Municipal nº 2.940/2021 de 15 de julho de 2021, que “Dispõe Sobre as Diretrizes Para a Elaboração da Lei Orçamentária Para o Exercício de 2002, e dá Outras Providências.” E na Lei Municipal nº 2.958/2021, de 15 de Novembro de 2021, que “Dispõe Sobre o Plano Plurianual do Município de Dorés do Indaiá, Estado de Minas Gerais, Para o Quadriênio 2022 a 2025 e dá Outras Providências.”.

Art. 4º. Caso a dotação orçamentária seja insuficiente para cobrir as despesas, fica autorizado ao poder executivo a realização das suplementações e alterações de fontes que fizerem necessárias.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Dorés do Indaiá, 17 de janeiro de 2022.

3

df

ALEXANDRO COELHO FERREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DEIVERSON MARCOS FIÚZA

**SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E
FINANÇAS**

Ao examinar a constitucionalidade, legalidade e viabilidade de determinado Projeto de Lei, deve-se ater a dois aspectos, quais sejam: o material e o formal. O aspecto formal diz respeito ao devido processo legislativo, incidindo sobre a vigência da lei, ao passo que o aspecto material compreende o conteúdo da norma, refletindo na sua validade.

Portanto, para melhor análise da propositura apresentada, impõe-se o exame de sua constitucionalidade, legalidade e viabilidade de maneira apartada.

4

II.1 - DO ASPECTO FORMAL DO PROJETO DE LEI

A legalidade em seu aspecto formal compreende as normas do processo para a produção de leis, denominado processo legislativo. Tal processo abrange a competência legislativa para tratar sobre o tema, a iniciativa para a deflagração da propositura, o rito para sua tramitação e o quórum para sua aprovação.

Assim sendo, precipuamente, importante esclarecer que a Constituição Federal, em seu art. 2º, definiu que os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário são independentes e harmônicos entre si. Esta divisão faz-se presente nas três esferas de governo, sendo o

Executivo representado pela Prefeitura e o Legislativo pela Câmara de Vereadores a nível municipal.

Ao Poder Legislativo incumbe, em síntese, elaborar as leis tanto para o poder público quanto para os particulares, além de ser responsável pela deliberação e fiscalização dos atos do Poder Executivo. Assim, os parlamentares, enquanto representantes da soberania popular local, terão sua atuação essencialmente nestes moldes, podendo alcançar negociações intersetoriais e intertemporais com o Executivo.

Nesse sentido, temos a utilização legítima da competência legislativa disposta para os Municípios no inciso I, do art. 30, da CF/88, *in verbis*:

Art. 30. Compete aos Municípios:
I - legislar sobre assuntos de interesse local;(...)

5

A Constituição Federal estabelece, em seu artigo 167, V, da CF, vedação para abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e, ainda, sem indicação dos recursos correspondentes.

Art. 167. São vedados:

(...)

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

(...)

Pode e deve o Município, autônomo nos termos estabelecidos pelo caput do art. 18, da CF/88, requerer ao respectivo Poder Legislativo municipal a abertura de crédito suplementar ou especial com prévia autorização legislativa e com indicação dos recursos correspondentes.

Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.
(...)

De igual modo, constata essa Consultoria que o Chefe do Executivo Municipal possui prerrogativa para iniciar o processo legislativo quando se trata de matéria dessa natureza, em face do previsto pelo inciso III, do art. 165, da CF/88:

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:
(...)
III - os orçamentos anuais.
(...)

É da competência privativa do Prefeito, conforme consta no art. 52, da Lei Orgânica do Município de Dorés do Indaiá/MG, a iniciativa das leis que disponham sobre o Plano Plurianual, diretrizes orçamentárias e o orçamento anual:

Art. 52. São de iniciativa exclusiva do Prefeito, as leis que disponham sobre:
(...)
IV - o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, bem como a abertura de créditos suplementares e especiais.

Em princípio, o prefeito pode praticar os atos de administração ordinária independentemente de autorização especial da Câmara. Por atos de administração ordinária entendem-se todos aqueles que visem à conservação, ampliação ou aperfeiçoamento dos bens, rendas ou serviços públicos.

II.1.1 - DA TRAMITAÇÃO E DO QUÓRUM DE VOTAÇÃO:

Para a regular tramitação, o projeto deverá receber o parecer das Comissões Permanentes de Legislação, Justiça e Redação Final, Comissão de Finanças, Orçamento e

Tomada de Contas e Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social nos termos dos artigos 42, 43 e 45 do Regimento Interno.

Quanto ao quórum de votação é pela maioria simples, por não se enquadrar no rol dos §§ 3º e 4º do artigo 182 da Norma Regimental.

II.II - DO ASPECTO MATERIAL DO PROJETO DE LEI

No que tange o aspecto material do Projeto de Lei em análise, é de bom alvitre apresentarmos algumas considerações sucintas acerca da sua legalidade.

O Projeto de Lei que ora se aprecia (Projeto de Lei nº 017/2022) solicita autorização para abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 478.864,00 (quatrocentos e setenta e oito mil oitocentos e sessenta e quatro reais), proveniente do repasse de incentivo financeiro para manutenção das ações e serviços de saúde, no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS), para o apoio multiprofissional dos Municípios relacionados no Anexo II da Resolução SES/MG nº 7.857/2021.

A Atenção Primária à Saúde (APS) é o primeiro nível de atenção em saúde e se caracteriza por um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte positivamente na situação de saúde das coletividades.

Trata-se da principal porta de entrada do SUS e do centro de comunicação com toda a Rede de Atenção dos SUS, devendo se orientar pelos princípios da universalidade, da acessibilidade, da continuidade do cuidado, da integralidade da atenção, da responsabilização, da humanização e da equidade. Isso significa dizer que a APS funciona como um filtro capaz de organizar o fluxo dos serviços nas redes de saúde, dos mais

7

simples aos mais complexos. No Brasil, a Atenção Primária é desenvolvida com o mais alto grau de descentralização e capilaridade, ocorrendo no local mais próximo da vida das pessoas¹.

Com o incentivo financeiro disposto na Resolução SES/MG nº 7.857/2021, será utilizado pelo Município de Dores do Indaiá/MG em ações e serviços de saúde desempenhada pelos profissionais inseridos no apoio multiprofissional no âmbito da Atenção Primária à Saúde no período de 24 (vinte e quatro) meses.

Considera-se “créditos adicionais”, como preceitua o artigo 40 da Lei 4.320/64, “as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento”. Os créditos suplementares são reforços aos valores previstos que se mostraram insuficientes, enquanto que os créditos especiais são autorizações de novas despesas não previstas no orçamento.

Em conformidade com o artigo 41 do mesmo diploma legal, os créditos adicionais podem ser divididos em suplementares, especiais e extraordinários, vejamos:

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

- I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;**
- II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;
- III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

O primeiro são os destinados ao reforço de dotação orçamentária; o segundo, destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica e o último são os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

¹ <https://aps.saude.gov.br/smp/smpoquee>

O Projeto de Lei em tela pretende, justamente, a abertura de créditos adicionais do tipo “suplementares”, devido o fato que a suplementação orçamentária é um acréscimo de orçamentária é ajustar o orçamento disponível aos objetivos a serem atingidos pelo Município despesa, reforço orçamentário autorizado pelo poder público, que ocorre na forma de crédito suplementar. A intenção da suplementação orçamentária é ajustar o orçamento disponível aos objetivos a serem atingidos pelo Município.

Conforme o art. 42 da Lei nº 4.320/64, o Município pode autorizar a abertura de crédito adicional suplementar, por meio de lei e aberto por decreto do Poder Executivo. Vejamos:

Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.

Doutra banda, a Constituição Federal estabelece, em seu artigo 167, V, da CF, vedação para abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e, ainda, sem indicação dos recursos correspondentes.

Art. 167. São vedados:

(...)

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

(...)

No caso em tela, o Poder Executivo demonstrou, documentalmente, que seria necessário um reforço no saldo de dotação orçamentária para manutenção das ações e serviços de saúde, no âmbito da atenção primária à saúde (APS) para apoio multiprofissional, sendo discriminado no projeto de Lei nº 017/2022.

9

[Handwritten signature]

O repasse deste montante, por si só, é suficiente para caracterizar o excesso à previsão orçamentária, justificando (e tornando necessária) a criação de crédito adicional.

As normas gerais de contabilidade pública estão listadas, sobretudo, na Lei Federal 4.320/64, a qual determina, em seu artigo 46:

Art. 46. O ato que abrir crédito adicional indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa, até onde for possível.

No caso em análise, o projeto de lei em referência atendeu às exigências legais, discriminando adequadamente as despesas criadas (com sua respectiva indicação individual) e apontando a receita (necessária e suficiente) à cobertura das despesas.

Ademais, versa aludida legislação que:

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

(...)

II - os provenientes de excesso de arrecadação;

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

Para além desses argumentos, a mensagem de justificativa demonstra a necessidade da abertura do crédito adicional e, além disso, há pertinência nas dotações pretendidas com o objeto das Emendas Parlamentares federais.

Uma vez que, o orçamento foi insuficiente para cobrir as despesas do Município, necessita-se assim de suplementação no orçamento.

Diante do exposto, resta cristalino que a pretensão deduzida no Projeto de Lei anexo, não visa e não possui o condão de se transpor em matéria de ingerência exclusiva do Poder Executivo, ao revés, possui natureza de caráter e interesse público e coletivo, proporcionando maior publicidade e transparência à população nos atos e fatos decorrentes da Administração Pública.

À vista do exposto, não se vislumbra qualquer óbice ao pretendido, visto que o Projeto de Lei posto em análise atende aos pressupostos constitucionais e legais e, sob o aspecto jurídico, encontra-se apto a ser aprovado.

III – DA TÉCNICA LEGISLATIVA

Outro ponto que merece ser objeto de análise é o projeto de lei apresentado foi elaborado observando as normas referentes à técnica legislativa. Para tanto, é necessário que o mesmo tenha sido minutado observando as normas previstas na Lei Complementar nº 95/1.998, que “Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.”

Nesse sentido, convém salientar que o projeto atende aos dispositivos da Lei Complementar nº 95/1.998, faltando apenas “um ponto” após a escrita que se refere ao “art. 2º”, o que pode ser facilmente sanado quando o mesmo for colocado para redação final, nos termos do art. 185 do Regimento Interno da Casa.

IV– DA CONCLUSÃO

11


Por todo o exposto, na questão acima elencada, diante das informações expostas e pela ausência de vícios formais ou materiais, opina essa assessoria jurídica pela constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 017/2022, de 17 de Janeiro de 2022 de Dorés do Indaiá, que: *"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 478.864,00 (QUATROCENTOS E SETENTA E OITO MIL OITOCENTOS E SESSENTA E QUATRO REAIS), NA FORMA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"*, estando apto à tramitação e deliberação plenária.

Este é o parecer, s. m. j.

De Uberlândia/MG para Dorés do Indaiá/MG, 31 de janeiro de 2022.

Daniel Ricardo Davi Sousa
OAB/MG 94.229

Haiala Alberto Oliveira
OAB/MG 98.420


Paula Fernandes Moreira
OAB/MG 154.392

Izabella Ferreira Ramos de Lima
Estagiária

12



CÂMARA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

CNPJ: 04.228.760/0001-01 - Fone: (37) 3551-2371

Rua Distrito Federal, 444 - B. Osvaldo de Araújo - Cep: 35.610-000 - Dorés do Indaia-MG

e-mail: camaradores@indanet.com.br

PARECER DA CÂMARA

PROJETO DE LEI Nº. 17/2022

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL
COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS E
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

PARECER CONJUNTO PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

☐ 1º Turno ☐ Turno único

Os membros das **COMISSÕES DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL, FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS e EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL** da Câmara Municipal de Dorés do Indaia, após a apreciação e estudo conjunto ao Projeto de Lei n.º **17/2022**, enviado pelo Presidente da Casa a esta pasta, resolvem:

Pela aprovação.

O Projeto de Lei em análise **“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 478.864,00 (QUATROCENTOS E SETENTA E OITO MIL OITOCENTOS E SESSENTA E QUATRO REAIS) NA FORMA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**.

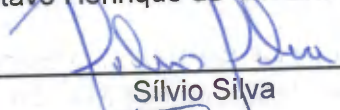
O citado projeto cumpre os aspectos constitucional, legal, jurídico e regimental. Segue, ainda, a boa técnica legislativa, não havendo vício de linguagem ou defeito, apenas um erro material. Em redação final, no art. 3º, onde está descrito “Lei Municipal n.º 2.958/2021, de 15 de Novembro de 2021”, passa a vigorar “Lei Municipal n.º 2.958/2021, de 25 de Novembro de 2021”. No mais, o projeto atende às exigências fiscais e orçamentárias vigentes.

Assim, após estudo da proposta, inclusive do parecer jurídico, opinamos por sua tramitação e aprovação, haja vista que não possui vícios a coibir, encontra-se apta à tramitação, discussão e deliberação plenária.

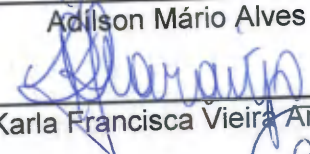
Sala das Sessões da Câmara Municipal de Dorés do Indaia – MG

Dorés do Indaia, 1º de fevereiro de 2022.


Gustavo Henrique de Oliveira Feliciano


Sílvia Silva


Adilson Mário Alves


Karla Francisca Vieira Araújo


Leonardo Diógenes Coelho